



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARA
RUA JOÃO DIOGO, 288 - Bairro CAMPINA - CEP 66015902 - Belém - PA
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(ETP COMPRAS)

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 9º, inciso I da IN 58/2022).

1.1. Descrição da demanda

Aquisição de material permanente - guichê de atendimento adaptado.

1.2. Motivo/Justificativa da Contratação

- Equipar os Cartórios Eleitorais com mobiliário adequado, suficiente e padronizado para atendimento às Pessoas com Deficiência (PcD), conforme recomendação emitida no Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento da Auditoria Integrada de Gestão Patrimonial (2879741).

1.3 Análise da contratação anterior ou a série histórica, se houver.

Não há contratação anterior para esse objeto específico (guichê de atendimento adaptado).

Foram consideradas como referência as contratações semelhantes de aquisição de bens padronizados:

- 0012415-04.2025.6.14.8000 - aquisição de material permanente - mobiliários diversos.

2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso II da IN 58/2022).

2.1. Natureza do objeto

2.1.1. O objeto é comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, mediante as especificações usuais do mercado.

2.1.2. O bem pode ser identificado no Catálogo de Materiais (CATMAT) do SIASG pelo seguinte código de material: 630540, não constando porém de item do catálogo eletrônico padronizado do Governo Federal.

2.1.3. O objeto da contratação não se caracteriza como bem de consumo de luxo, conforme o art. 3º, II, da Resolução TSE nº 23.702, de 9 de junho de 2022.

2.2. Necessidade continuada do fornecimento

() SIM, conforme justificativa abaixo. (x) NÃO

2.2.1. Vigência plurianual

() SIM, conforme justificativa abaixo. (x) NÃO

2.3. Forma/regime de fornecimento

2.3.1. O fornecimento do material dar-se-á em parcela única ou parceladamente ou por demanda, na forma prevista no Termo de Referência.

2.4. Será adotado o Sistema de Registro de Preços – SRP? Caso positivo, justificar.

(x) Sim () Não

Conforme o artigo 3º do Decreto nº 11.462/2023, a adoção do SRP pela Administração Pública pode ser dar, em especial:

- quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;
- quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;
- quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;
- quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão para fins de transferências; ou • quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração

No presente caso, a adoção do SRP pode ser fundamentada na hipótese do inciso I do art. 3º do referido Decreto, tendo em vista as características do objeto e a necessidade de contratação frequentes do material para atender as diversas unidades do TRE. O SRP proporciona ainda maior flexibilidade no planejamento das aquisições e utilização da ata, na execução orçamentária, na logística de fornecimento e na gestão de estoque. Tal flexibilidade permite, por exemplo, o parcelamento dos pedidos e das entregas e a definição de cronogramas ajustados à realidade orçamentária/financeira do órgão contratante.

A adoção do Sistema de Registro de Preços possibilitará a prevenção de dispêndios desnecessários, tanto no âmbito financeiro quanto no que tange ao desgaste das áreas técnicas envolvidas, ao evitar a necessidade de novos procedimentos licitatórios durante a vigência da ata de registro de preços proposta.

Além disso, a utilização do registro de preços proporciona a otimização do espaço disponível. A compra integral dos materiais demandaria um espaço físico considerável se realizada de uma só vez, o que não seria viável dadas as limitações de espaço existentes. Nesse sentido, a possibilidade de parcelamento das aquisições oferecida pelo SRP torna-se essencial para garantir a eficiência na gestão dos recursos físicos e financeiros do órgão.

2.4.1. Foi realizada consulta às IRPs em andamento.

☐ Sim ☒ Não

O Objeto é padronizado para atendimento da necessidade da justiça eleitoral.

2.4.2. Haverá órgãos participantes deste Registro de Preços? Justificar.

☐ Sim ☒ Não ☐ Não se aplica

2.4.3. Foi realizado procedimento público de intenção de registro de preços - IRP?

☐ Sim ☒ Não; justificativa abaixo ☐ Não se aplica

Justifica-se a não divulgação da Intenção de Registro de Preços no PNCP, na forma prevista no art. 9º do decreto nº 11.462/2023, em razão das seguintes circunstâncias:

Primeiramente, ressalta-se que o órgão licitante detém uma capacidade operacional e de gerenciamento que permite a execução ágil e eficaz do objeto contratual. Essa capacidade operacional é resultado de uma estrutura administrativa consolidada, com expertise na condução de processos licitatórios e gestão de contratos. Portanto, o risco de atraso na consecução do objeto devido à dispensa do procedimento em questão é mitigado pela experiência e eficiência do órgão licitante em questão.

Além disso, é fundamental considerar que o órgão licitante é o único contratante envolvido nessa aquisição. Não há a necessidade de coordenação com outros órgãos ou entidades, uma vez que a demanda é específica e exclusiva do Tribunal Regional Eleitoral do Pará. Isso elimina a necessidade de seguir o procedimento de intenção de registro de preços, que é mais adequado quando há múltiplos órgãos interessados.

Portanto, com base na capacidade operacional e de gerenciamento do órgão licitante, bem como na sua condição de único contratante, justifica-se a dispensa do procedimento de intenção de registro de preços, assegurando assim a eficiência e agilidade na consecução do objeto contratual

2.4.4. Foi estabelecido (se for o caso) o número máximo de participantes, em conformidade com a capacidade de gerenciamento do órgão? Justificar.

☐ Sim ☐ Não; justificativa abaixo ☒ Não se aplica

2.4.5. Será admitida a adesão à ata de registro de preços por órgão não participante? Justificar.

☐ Sim ☒ Não ☐ Não se aplica

Justificativa: Não será admitida a adesão à ata de registro de preços, tendo em vista a especificidade do objeto, os requisitos técnicos para aprovação do pedido de adesão, a capacidade operacional da unidade gerenciadora da ata e a jurisprudência restritiva do TCU acerca da matéria.

2.4.6. Havendo possibilidade de adesão, há previsão de quantitativos máximos para adesão e dos respectivos quantitativos? (art. 32 do Decreto nº 11.462/23)

☐ Sim ☐ Não ☒ Não se aplica

2.5. Admissão ou não de subcontratação do objeto contratual

☐ SIM ☒ NÃO

2.6. Exigência de amostra/prova de conceito

☐ NÃO ☒ SIM, justificativa:

Justificativa para a exigência de amostra: considerando que uma análise meramente formal da proposta *versus* edital por vezes não é suficiente para conferir segurança à Administração quanto à adequação do objeto ofertado pelo particular, a exigência de amostra, exclusivamente para o referido bem, é importante para o exame de conformidade técnica e tomada de decisão quanto à aceitabilidade da proposta.

Importante destacar que a amostra só será exigida para os referidos itens e quando não for possível obter informações no site do fabricante, ou em catálogos oficiais do produto/material. Ademais, nos casos em que efetivamente necessária a exigência de amostra, a omissão da medida potencializa os riscos de má execução do contrato.

O TR vai disciplinar a forma como essa etapa ocorrerá, bem como os critérios a serem adotados para a avaliação.

2.7. Garantia, manutenção e assistência técnica

2.7.1. A necessidade de extensão de **garantia de 5 (cinco) anos para o único item** decorre das seguintes justificativas:

- O prazo de garantia para todo o mobiliário especificado é contra defeitos de fabricação, incluindo eventuais avarias durante o transporte até o local de entrega, montagem ou instalação, mesmo após sua aceitação pela unidade gestora da presente aquisição;
- Os bens são altamente duráveis em virtude do material de sua composição, com vida útil, mínima, de 05 (cinco) anos;
- Como nem todos os bens serão usados de imediato, há possibilidade de não identificação do problema no momento do recebimento, apresentando um vício oculto em que a identificação só aparecerá durante o uso/instalação;
- Inclusive, muitas fabricantes dos referidos itens já dispõe de 05 (cinco) anos de garantia para os seus produtos, tendo em vista o tipo de material utilizado e a qualidade empregada nos seus produtos;
- Esta unidade, já passou por casos de vício de fabricação constatado somente na montagem do bem, o que levou a acionar a contratada para realização da manutenção por meio da garantia de 05 (cinco) anos, em virtude da vida útil do material;
- Tais itens tem vida útil de 10 anos, conforme definido pela Receita Federal, com taxa de depreciação de 10% ao ano;
- A garantia dos produtos no prazo mínimo aqui estipulado consiste na prestação, pela contratada, de todas as obrigações estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor (e suas alterações), bem como dos encargos previstos à contratada no Edital e seus Anexos. Durante este período, os reparos e substituições decorrentes da garantia deverão ser realizados pela contratada, sem ônus para o contratante.

2.7.2. A GARANTIA deverá ser prestada mediante manutenção corretiva durante o prazo acima e deverá ser realizada no local onde estiver localizado o material, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas, a fim de manter os bens em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE;

2.7.3. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

2.7.4. As demais condições serão pormenorizadas no Termo de Referência.

2.8. Garantia de execução contratual

() SIM (x) NÃO

2.9. Requisitos de capacitação

() SIM () NÃO (x) NÃO SE APLICA

2.10. Requisitos legais

(x) SIM () NÃO () NÃO SE APLICA

2.10.1. O processo de contratação deve estar aderente à seguinte legislação, sem prejuízo de outras normas aplicáveis:

- Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021- que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 - que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e da outras providências;
- Lei 8.078/1990 (Código de defesa do consumidor);
- Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023 - regulamenta os artigos 82 a 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços.
- Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015 - que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados, nas contratações públicas no âmbito da administração pública federal.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022 - que dispõe sobre a elaboração de Estudos Técnicos Preliminares para aquisição de bens e contratação de serviços e obras, e sobre o Sistema de ETP digital.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022 - que dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 - que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Resolução TSE nº 23.702, de 9 de junho de 2022 - que dispõe sobre a política de governança das contratações na Justiça Eleitoral e dá outras providências.
- Resolução CNJ nº 400, de 16 de junho de 2021 - dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário.
- Instrução Normativa IBAMA nº.6, de 15 de março de 2013 - que regulamentar o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP.
- Instrução Normativa IBAMA nº.13, de 23 de agosto de 2021 - que regulamenta a obrigação de inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais.

2.10.2. Além das normas acima descritas, na execução deverão ser observadas as normas técnicas (NBR/ABNT) aplicáveis ao objeto, destacando-se:

- NBR 13966/2008 ou versões posteriores - Mesas.
- NBR 13967/2011 ou versões posteriores - Estação de trabalho.
- NBR 9050/2020 ou versões posteriores - Acessibilidade mobiliário urbano.

2.11. Requisitos temporais

2.11.1. O prazo de entrega dos bens é de até **60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento.

2.11.2. O prazo de vigência da contratação será de **6 (seis) meses**, contados da assinatura do termo de contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.12. Critérios e práticas de sustentabilidade

(x) SIM () NÃO () NÃO SE APLICA

2.12.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam especialmente na Resolução CNJ nº 400/2021, na Lei nº 12.305, de 2010, na Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, no Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, no Plano de Logística Sustentável do TRE/PA e no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria-Geral da União:

a) Produção:

- 1) **Materiais:** Utilizar, sempre que possível, materiais reciclados, biodegradáveis, atóxicos e madeira proveniente de reflorestamento devidamente certificada.
- 2) **Modo de produção:** É vedada a utilização de trabalho escravo ou infantil. Priorizar processos com menor geração de resíduos, consumo de água e energia.

b) Distribuição e Uso:

- 1) **Embalagens:** O mobiliário deverá ser acondicionado em embalagens originais, lacradas e apropriadas para armazenamento, garantindo sua integridade, preferencialmente confeccionadas com materiais recicláveis ou que sejam objeto de logística reversa.
- 2) **Uso:** Priorizar produtos que economizem água e energia, produtos que gerem menos resíduos ou que produzam resíduos recicláveis ou que sejam objeto de logística reversa, produtos passíveis de manutenção/conserto, remanufatura, troca ou reaproveitamento de peças de modo a assegurar uma vida útil mais longa e a redução do descarte.
- 3) **Durabilidade:** Projetar os produtos para serem duráveis, de alta qualidade e com manutenção fácil, prolongando sua vida útil e reduzindo a necessidade de substituição.
- 4) **Conscientização do Consumidor:** Fornecer informações aos usuários sobre a operação sustentável dos produtos, incentivando práticas de uso responsável.

c) Destinação Final:

- 1) Os critérios de sustentabilidade também deverão ser observados na gestão do uso do material, inclusive quanto ao descarte das embalagens e dos equipamentos após seu ciclo de vida útil.

2) Priorizar produtos recicláveis, biodegradáveis, atóxicos, com possibilidade para o reuso ou para remanufatura.

2.12.2. Para comprovar o atendimento das características físicas, dimensionais, ergonômicas e de ensaios de estabilidade, resistência e durabilidade, no que concerne aos **único item**, a licitante convocada deverá entregar juntamente com a(s) proposta(s), **Certificado de Conformidade ou Relatórios de Ensaio de Laboratório (LAUDO) acreditado(s) pelo INMETRO**, se for o caso, com base nas seguintes normas da Normas ABNT/NBR:

- NBR 13966/2008 ou versões posteriores - Mesas;
- NBR 13967/2011 ou versões posteriores - Estação de trabalho;
- NBR 9050/2020 ou versões posteriores - Acessibilidade mobiliário urbano

2.12.3. A empresa vencedora deverá apresentar, juntamente com a(s) proposta(s), Certificado CERFLOR (Programa Nacional de Certificação de Origem Florestal – Sistema Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial – Sinmetro – Inmetro) ou FSC (Conselho de Manejo Florestal), em nome do fabricante do mobiliário.

2.12.4. Para todos o referido item, **se for o caso**, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23/8/2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

2.12.5 Justificativas das exigências:

- A proposta está alinhada com a Resolução CNJ nº 400/2021, a Lei nº 12.305/2010, a Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2010, o Decreto nº 7.746/2012, o Plano de Logística Sustentável do TRE/PA e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria-Geral da União, demonstrando preocupação com a conformidade legal e as boas práticas de sustentabilidade.
- A exigência de embalagens originais com indicação de marca e validade, preferencialmente confeccionadas com material reciclado ou reciclável, é importante para garantir a rastreabilidade e a qualidade dos materiais, além de reduzir o impacto ambiental.
- A priorização de materiais reciclados, biodegradáveis, atóxicos e com madeira proveniente de reflorestamento é fundamental para promover a economia circular e a conservação dos recursos naturais.
- A proibição do trabalho escravo e infantil e a priorização de métodos de produção que economizem água e energia e reduzam a geração de resíduos industriais são importantes para garantir a responsabilidade social da contratação.
- A exigência de catálogos, certificados de conformidade e relatórios de ensaio de laboratório contribui para a garantia da qualidade e da segurança dos mobiliários.
- A exigência de registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais para os fabricantes de mobiliário enquadrados no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 é importante para garantir o controle ambiental da produção.
- A exigência de Certificação CERFLOR ou FSC para os fabricantes de mobiliário é fundamental para garantir a origem sustentável da madeira utilizada.

2.13. Necessidade de transição contratual

() SIM () NÃO (x) NÃO SE APLICA

2.14. Considerações sobre a possibilidade de participação de consórcio na licitação

() SIM (X) NÃO () NÃO SE APLICA

2.14.1. A participação de consórcio não se mostra justificável considerando os seguintes elementos:

- Ausência de circunstâncias de mercado que exijam formação de consórcio para execução do objeto;
- Possibilidade de diminuição da competitividade com advento da participação de consórcios; e
- Dimensões técnicas e financeiras da contratação são dissonantes à atuação de entidades empresariais reunidas em consórcio, porquanto não envolvem fornecimento ou serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica.

2.15. Sociedades cooperativas

(X) SIM () NÃO () NÃO SE APLICA

2.15.1. Não há vedação a participação de sociedades cooperativas, desde que atendidos os requisitos do art. 16 da Lei nº 14.133/21.

2.16. Pessoa física

(X) SIM () NÃO () NÃO SE APLICA

2.16.1. Não há vedação a participação de pessoa física, nos termos do art. 4º da IN SEGES /ME nº 116/2021, tendo em vista que a contratação não exige capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto, incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física.

2.17. Tratamento diferenciado para ME e EPP

2.17.1. Com base no art. 48, inciso I, da Lei Complementar 123/2006 c/c art. 6º do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, não será conferido tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte, já que a contratação terá valor superior ao limite definido na lei, considerando o agrupamento dos itens.

2.17.2. Em relação ao **ÚNICO ITEM**, considerando o princípio da padronização de materiais (art. 40, V, “a”, da Lei 14.133/21), bem como a natureza dos bens em questão, que serão utilizados em todo o Tribunal, necessitando, portanto, de um padrão técnico e visual único e mínimo, entendemos que **não poderá haver a divisão para atendimento de reserva de cota definida no Decreto 8.538/15 (art. 8º)**, sob o risco de se perder a identidade visual e padrões técnicos quando do fornecimento dos materiais por sociedades empresariais distintas.

2.18. Indicação de marcas ou modelos

() SIM (X) NÃO

2.19. Vedação de marcas, modelos ou produtos

() SIM (X) NÃO

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso III da IN 58/2022).

3.1. Identificação das soluções disponíveis no mercado

- Solução 1: Atendimento da demanda por meio de locação dos bens;
- Solução 2: Aquisição dos bens com entrega centralizada no Depósito do TRE/PA, sem serviço de montagem incluso (modelo atual);
- Solução 3: Aquisição dos bens com fornecimento "turnkey" (confeção, entrega descentralizada diretamente nas Zonas Eleitorais e montagem inclusa no mesmo contrato).

3.1.1. Contratações Públicas similares identificadas e analisadas:

- **Unidade compradora:** 070014 - TRE - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/MG:
 - **Objeto:** Prestação de serviços de confecção de guichês de atendimento, com fornecimento e montagem.
- **Unidade compradora:** 070023 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS
 - **Objeto:** Aquisição e instalação de guichês para atender as Zonas Eleitorais de Anápolis, Palmeiras de Goiás, São Domingos de Goiás, Valparaíso, Luziânia e a Ouvidoria Regional Eleitoral (Tele-eleitoral) em Goiânia.

3.1.1.2. Soluções técnicas disponíveis

Vide item 3.1 deste ETP

3.1.1.3. Potenciais fabricantes

Existem no mercado, diversos fabricantes dos equipamentos a serem adquiridos e que atendem perfeitamente as especificações técnicas mínimas descritas no Termo de Referência.

3.1.1.4. Condições usuais de aquisição ou de execução do objeto

As condições usuais de aquisição ou de execução do objeto, incluem:

- **Prazo de entrega:** o prazo de entrega dos equipamentos, materiais e acessórios será de **60 (sessenta) dias corridos** dias a contar da emissão da Ordem de Fornecimento.
- **Garantia:** a garantia dos equipamentos, materiais, acessórios e serviços não poderá ser inferior a **05 (cinco) anos**, conforme justificativas constante do **item 2.7**.
- **Forma de pagamento:** o pagamento será realizado após a entrega e recebimento definitivo dos materiais e acessórios e em parcela única.

3.2. Comparação das soluções

3.2.1. Para a contratação pretendida, foram analisadas as opções logísticas e contratuais disponíveis no mercado com o objetivo de identificar a solução que melhor atenda às necessidades da Administração, considerando a eficiência, a economicidade e a capilaridade do Tribunal.

3.2.2. A Solução 1 (Locação dos bens) possui os seguintes pontos positivos e negativos:

- **Positivos:**
 - Menor impacto orçamentário imediato, dispensando alto investimento inicial;
 - Maior facilidade de substituição célere pelo fornecedor em caso de avaria irreversível ou desgaste estrutural.
- **Negativos:**
 - Alto risco de não atendimento aos requisitos de padronização e acessibilidade (PcD), uma vez que o mercado de locação foca em móveis padrão e não sob medida;
 - Custo Total de Propriedade (TCO) superior a longo prazo. Sendo bens de uso permanente e longa vida útil, o somatório das mensalidades superaria rapidamente o valor de aquisição;
 - Geração de despesa continuada, exigindo renovações contratuais e sofrendo impactos de reajustes anuais;
 - Risco de descontinuidade do serviço (ex: falência da empresa locadora), ocasionando a retirada abrupta dos bens sem tempo hábil para reposição.

3.2.3. A Solução 2 (Aquisição dos bens com entrega centralizada no Depósito do TRE/PA, sem serviço de montagem) possui os seguintes pontos positivos e negativos:

- **Positivos:**
 - Incorporação ao patrimônio do Tribunal, eliminando a despesa mensal continuada;
 - Considerando a vida útil estimada do mobiliário (5 a 10 anos), a aquisição representa expressiva vantajosidade econômica frente à locação;
 - Facilidade e padronização na fiscalização: o recebimento é concentrado em um único local (Depósito Central), realizado por equipe técnica especializada;
 - Economia de escala: o valor unitário do bem tende a ser menor, pois o fornecedor otimiza o frete para um único destino.
- **Negativos:**
 - Necessidade de disponibilidade orçamentária imediata mais elevada para empenho;
 - Manutenção e troca correm por conta do Tribunal após o término do período de garantia;
 - Exige logística interna: o TRE/PA precisará utilizar sua própria estrutura ou contratos de transporte para distribuir os guichês aos cartórios do interior;
 - Exige montagem posterior: necessidade de acionar equipe própria ou contrato terceirizado de manutenção continuada para realizar a montagem nos locais de destino.

3.2.4. A Solução 3 (Aquisição dos bens com fornecimento "turnkey": confecção, entrega descentralizada diretamente nas Zonas Eleitorais e montagem inclusa) possui os seguintes pontos positivos e negativos:

• **Positivos:**

- Incorporação ao patrimônio do Tribunal, eliminando a despesa mensal continuada;
- Considerando a vida útil estimada do mobiliário (5 a 10 anos), a aquisição representa expressiva vantajosidade econômica frente à locação;
- Elimina a necessidade de licitação apartada ou esforço interno do TRE/PA para logística de distribuição e montagem;
- O bem é entregue e montado, ficando pronto para uso imediato pelo servidor e pelo público nas Zonas Eleitorais.

• **Negativos:**

- Necessidade de disponibilidade orçamentária imediata mais elevada para empenho;
- Manutenção e troca correm por conta do Tribunal após o término do período de garantia;
- Dificuldade na gestão e fiscalização do contrato: exigirá o ateste de recebimento e de qualidade do móvel por diversos chefes de cartório no interior, o que dificulta a padronização da fiscalização;
- Possível restrição de competitividade: nem todo fabricante de móveis possui capilaridade logística para entregar e montar em todos os municípios do estado do Pará;
- Maior custo unitário: o valor do guichê será mais elevado para embutir e diluir o risco do frete pulverizado e o deslocamento de equipes de montadores.

3.3. Justificativa para a escolha da solução:

3.3.1. Considerando os requisitos técnicos e econômicos, bem como a avaliação das contratações públicas similares consultadas, conclui-se que a solução mais viável e vantajosa para o atendimento da demanda do TRE/PA é a **Solução 2 (Aquisição dos bens com entrega centralizada no Depósito do TRE/PA, sem serviço de montagem incluso)**, pelos motivos a seguir expostos:

a) Vantajosidade da Aquisição (Análise do Ciclo de Vida): A escolha pela aquisição (em detrimento da locação) foi decisivamente influenciada pela análise do ciclo de vida do objeto, cumprindo o objetivo fundamental do processo licitatório de selecionar a proposta apta a gerar o resultado mais vantajoso para a Administração (art. 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021). Embora demande um investimento inicial mais alto, a propriedade dos bens confere maior segurança patrimonial e autonomia à instituição. A longo prazo, a aquisição reduz significativamente os custos globais em comparação com o aluguel, que implicaria despesas contínuas de custeio sem a efetiva incorporação dos ativos ao patrimônio do Tribunal.

b) Eficiência Logística e Economia de Escala (Entrega Centralizada): A definição pela entrega centralizada no Depósito de Materiais do TRE/PA, em Belém, justifica-se pela economia de escala. A entrega descentralizada nos diversos Cartórios Eleitorais do interior do estado faria com que os licitantes embutissem elevados custos e riscos de frete pulverizado no valor unitário do guichê, restringindo a competitividade e encarecendo a contratação. A centralização permite que o TRE/PA gerencie a distribuição de forma otimizada, aproveitando suas próprias rotas logísticas.

c) Controle e Fiscalização: A entrega em um polo único proporciona à Administração maior controle sobre a logística de recebimento. Concentrar o ateste técnico no Depósito Central garante que a conferência das especificações, dimensões e qualidade do mobiliário seja feita de forma padronizada e rigorosa por uma equipe qualificada, mitigando o risco de atestes indevidos ou recebimento de bens em desconformidade.

d) Justificativa para o Parcelamento da Solução (Exclusão da Montagem): A não inclusão do serviço de montagem no presente certame visa evitar o sobrepreço e a restrição de competitividade. Exigir que o fabricante ou fornecedor do bem desloque equipes de montagem por todo o estado do Pará encareceria injustificadamente a proposta. Dessa forma, a separação do serviço revela-se técnica e economicamente viável, permitindo que a montagem seja absorvida por contratos específicos de manutenção já vigentes no Tribunal ou licitada de forma autônoma, adequando-se melhor às necessidades da organização.

3.4. Condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado (Art. 40, I, da Lei 14.133/21)

3.4.1. No processo de aquisição dos referidos bens, conduziu-se uma análise minuciosa das condições de mercado, bem como das práticas utilizadas pelo setor privado em relação a esse tipo de contratação. Nossa equipe realizou pesquisas de mercado, consultou fornecedores especializados e analisou as práticas comumente adotadas pelo setor privado ao adquirir bens similares.

3.4.2. Com base nessas análises, garante-se que o processo de aquisição e pagamento dos bens em questão seguirá condições semelhantes às do setor privado. Isso implica em buscar a melhor relação custo-benefício, levando em consideração a qualidade dos produtos, a eficiência na entrega, a adequação às necessidades da nossa instituição e a competitividade do mercado.

3.4.3. Além disso, adotam-se critérios claros e transparentes na seleção dos fornecedores, buscando aqueles que apresentem as melhores propostas, levando em conta não apenas o preço, mas também a qualidade dos produtos e serviços oferecidos.

3.4.4. Ressalta-se que o objetivo é garantir uma contratação justa, eficiente e economicamente viável para a instituição, seguindo as melhores práticas do setor privado.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (descrição/especificação do Objeto)

Fundamentação: descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso IV da IN 58/2022).

4.1. A solução consiste na aquisição de mobiliário padronizado (**guichê de atendimento adaptado**), por meio da sistemática do registro de preços, incluindo o fornecimento de todos os insumos e materiais necessários à montagem dos bens, além da prestação de garantia mínima de 5 anos.

4.1.1. O objeto da contratação **não inclui o serviço de montagem dos bens**, os quais serão realizados por contratação específica para tal fim.

4.2. As **ESPECIFICAÇÕES** do bem, a **QUANTIDADE A REGISTRAR** e o **PEDIDO MÍNIMO** estão consignados abaixo.

4.3. O **PEDIDO MÍNIMO** refere-se ao menor quantitativo que poderá ser solicitado pela Administração, durante o prazo de vigência da ata. Havendo anuência expressa da beneficiária da ARP, poderá ser adquirido quantitativo abaixo do mínimo.

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	U.M.	QTD E	PEDIDO MÍNIMO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	GUICHÊ DE ATENDIMENTO ADAPTADO	UNID .	100	02		
Conforme demonstrado no Caderno de Ilustrações (ANEXO I do TR)						
Balcão guichê com anexo frontal para maior conforto do cliente - desenho ergonômico da área de trabalho, conforme demonstrado no Caderno de Ilustrações .						
ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:						
MEDIDAS - Aproximadas de 1320 X 760 X 1320 mm.						

TAMPO FRONTAL - Medindo 1200 x 500 mm, em **M.D.F. com densidade de 700 kg/m³**, 18 mm de espessura com acabamento na cor Casca de Ovo (ou similar).

TAMPO INTERNO (ATENDENTE) - Medindo 1200 x 600 mm, em **M.D.F. com densidade de 700 kg/m³** com espessura mínima de 25 mm com revestimento em pintura gofrato na cor Casca de Ovo (ou similar), possuindo dois canais para passagem de fiação através de injetado termoplástico na cor preta com diâmetro não inferior a 60 mm e tampa com saídas para fios, sustentado através de suportes com capacidade de sustentação de até 80kg em alumínio termomecanicamente transformado com encaixe convexo e reforço central fixados a estrutura através de sistema de fixação de alta resistência pinos em aço médio carbono e trava em aço SAE 1035/45/70, A588 com rosca, permitindo o ajuste milimétrico de altura.

PAINEL FRONTAL - Medindo 1100 x 700 mm, em **M.D.F. com densidade de 700 kg/m³**, 18 mm de espessura com acabamento na cor Casca de Ovo (ou similar).

PAINEL VERTICAL LATERAL - 1 peça - Medindo 1320 x 250 mm, em **M.D.F. com densidade de 700 kg/m³** e espessura mínima de 18mm revestida em ambas as faces com pintura gofrato na cor vinho fixado nas extremidades laterais a estrutura através de sistema de fixação de alta resistência - pinos em aço médio carbono e trava em forma cilíndrica produzidas em liga de zinco, alumínio, magnésio e cobre, permitindo o ajuste milimétrico de altura.

PAINEL VERTICAL LATERAL - 3 peças - Medindo 1320 x 760 mm, em **M.D.F. com densidade de 700 kg/m³** e espessura mínima de 18mm revestida em ambas as faces com pintura gofrato na cor vinho, fixado nas extremidades laterais a estrutura através de sistema de fixação de alta resistência - pinos em aço médio carbono e trava em forma cilíndrica produzidas em liga de zinco, alumínio, magnésio e cobre, permitindo o ajuste milimétrico de altura

ESTRUTURA - Com 02 (duas) colunas de 1320 mm em alumínio termomecanicamente transformado em tubo extrudado, com resistência superior a 4,9kg/mm². Formado por um coluna central e 8 cavas em forma de T em toda sua extensão para fixação de suportes, encaixe dos painéis e passagem de fiação (lógica, elétrica e telefonia). Com acabamento superior em resina termoplástica injetada na cor preta e sapatas niveladoras em resina termoplástica injetada formada por bucha e sapata com rosca permitindo assim ajuste de altura e nivelamento. Mãos francesas - 02 (duas) e cantoneira tipo francesinha - 06 (seis) acoplados às colunas através de parafusos e prismas, permitindo estabilidade da mesa.

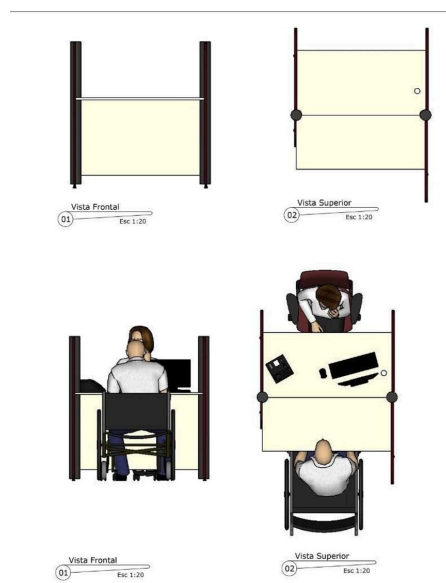
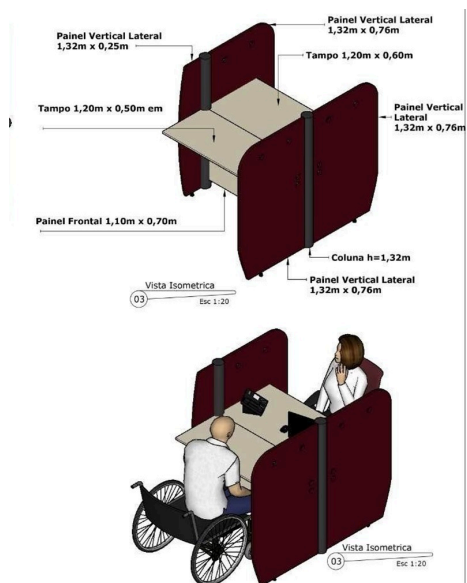
CALHAS - Calhas horizontais instaladas sob o tampo para passagem de fiação. Confeccionadas em aço carbono, com suporte de tomadas móvel (lógica elétrica e telefônica).

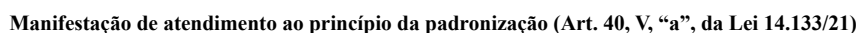
COMPONENTES EM MDF - Deverão possuir pintura gofrato na cor Casca de Ovo (ou similar)/vinho, bordas frontais com chanfro superior e inferior, topo arredondado a 180°, acabamento resistente a riscos e produtos de limpeza, com textura uniforme de aspecto final liso; bordas laterais com o mesmo acabamento das faces, sem partes cortantes.

COMPONENTES METÁLICOS - Todos os componentes metálicos deverão ser em alumínio termomecanicamente transformado, passar por tratamento de fosfatização por imersão, permitindo que as partes internas e externas dos tubos, travessas e demais componentes também recebam o tratamento, aumentando a capacidade de ancoragem da tinta, e receber pintura epóxi pó eletrostática com polimerização em estufa na cor preto fosco.

KIT DE MONTAGEM - Deverá ser fornecido todos os parafusos, primas, cantoneiras, tambor de alumínio, adesivo tapa furo, etc, necessários à montagem do guichê.

IMAGEM ILUSTRATIVA:





4.4.2. Na especificação do objeto foi considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho. Ao realizar o planejamento da contratação, considerou-se a importância da padronização dos bens mobiliários como uma estratégia para alcançar a uniformidade e a compatibilidade necessárias nos espaços de trabalho, de acordo com as diretrizes e políticas governamentais.

4.4.4. No processo de seleção dos fornecedores, será dada prioridade àqueles que pudessem fornecer os bens mobiliários de acordo com as especificações padronizadas, assegurando assim a homogeneidade dos elementos adquiridos e a conformidade com os requisitos estabelecidos.

4.4.5. Dessa forma, afirmamos que a contratação dos bens mobiliários mencionados atende plenamente ao princípio da padronização, conforme previsto na legislação aplicável. Por meio dessa abordagem, buscamos promover a eficiência, a qualidade e a uniformidade dos espaços de trabalho na esfera da administração pública.

Fundamentação: estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso V da IN 58/2022).

- Equipar os Cartórios Eleitorais com mobiliário adequado, suficiente e padronizado para atendimento às Pessoas com Deficiência (PeD), conforme recomendação emitida no Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento da Auditoria Integrada de Gestão Patrimonial (2879741).

5.2. Abaixo segue quantitativo a ser registrado para aquisição de acordo com a liberação orçamentária:

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

Fundamentação: estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º inciso VI da IN 58/2022).

6.1. A estimativa de valor deste Estudo Técnico Preliminar tem como objetivo avaliar se é economicamente viável a solução escolhida, tendo sido realizada com base em pesquisa de mercado sem o rigor técnico da IN – Seges/ME 65/2021.

https://sej.tre-pa.ius.br/sej/controlador.php?acao=procedimento_trabalhar&acao_origem=procedimento_controlar&acao_retorno=procedimento ... 8/13

1	Guichê de atendimento adaptado	100	R\$ 2.560,00	R\$ 256.000,00
VALOR TOTAL				R\$ 256.000,00

6.2. Após a elaboração do Termo de Referência será realizada a pesquisa de preços pela seção competente, observando todas as diretrizes da IN – Seges/ME 65/2021.

7. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (obrigatório)

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 9º, inciso VII da IN 58/2022).

7.1. Do não parcelamento do objeto: O objeto desta contratação **não será parcelado**, sendo licitado em **item único**. Embora a regra geral seja o parcelamento para ampliar a competitividade, a adoção de item único neste certame justifica-se com base no princípio da padronização (art. 40, inciso V, alínea “a”, da Lei nº 14.133/2021). Considerando que os guichês de atendimento adaptados serão distribuídos por diversos Cartórios Eleitorais do Tribunal, é imprescindível garantir a uniformidade visual, estrutural e técnica de todo o mobiliário, o que restaria prejudicado caso o fornecimento fosse fracionado entre diferentes fabricantes.

7.2. Da não aplicação de cota reservada para ME/EPP: Pelo mesmo fundamento técnico (necessidade de padronização), **não haverá a divisão do quantitativo para o estabelecimento de cota reservada** a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP). A divisão do fornecimento entre o vencedor da cota principal e o vencedor da cota reservada geraria a contratação de sociedades empresariais distintas, criando um risco inaceitável de perda da identidade visual e divergência nos materiais empregados, o que comprometeria o padrão institucional pretendido pelo TRE/PA.

7.3. Do critério de julgamento: Para efeito de julgamento e adjudicação das propostas no certame, o critério a ser adotado será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa em conformidade com as regras do Pregão Eletrônico.

8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Fundamentação: contratações correlatas e/ou interdependentes (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 9º, inciso VIII da IN 58/2022).

8.1. A presente contratação possui interdependência com a prestação de serviços de **distribuição logística interna e de montagem de mobiliário**.

8.2. Conforme a descrição da solução (tópico 3) e na justificativa de parcelamento da solução (tópico 7) deste ETP, o escopo da contratação restringe-se à aquisição dos guichês adaptados com entrega centralizada no Depósito de Materiais do TRE/PA, em Belém/PA.

8.3. Dessa forma, para que a necessidade da Administração seja plenamente satisfeita e os bens entrem em efetiva operação, far-se-á necessária a atuação coordenada com contratos correlatos. A distribuição para os Cartórios Eleitorais do interior e a respectiva montagem dos móveis deverão ser executadas por meio de acionamento de contrato continuado já vigente no Tribunal (Contrato 186/2022).

9. ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL(obrigatório) E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Fundamentação: demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, de modo a indicar o seu alinhamento com os instrumentos de planejamento do órgão ou entidade; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso IX da IN 58/2022).

9.1. A presente contratação encontra-se plenamente alinhada ao Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE/PA), vinculando-se ao objetivo estratégico de Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e Governança Judiciária (AGG), uma vez que visa garantir a infraestrutura adequada, acessível e padronizada para o atendimento ao público e aos servidores nas Zonas Eleitorais.

9.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- Portaria TRE/PA Nº 24.352/2025 (2851386)
- Anexo III (2835059)
- Item: item 7

9.3. O planejamento da contratação está alinhado com o Plano de Logística Sustentável - PLS, mais especificamente Com o objetivo específico "aprimorar os processos de compras e contratações, promovendo a inserção de critérios socioambientais nos contratos", conforme requisitos contidos na especificação técnica do objeto e no item 4.1 deste Termo de Referência.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso X da IN 58/2022).

10. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis

Com a presente contratação, o Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE/PA) almeja alcançar os seguintes resultados:

10.1. Resultados Institucionais e Sociais (Eficácia): Garantir a continuidade e a excelência na prestação do serviço público ofertado aos eleitores, promovendo a efetiva inclusão e acessibilidade. A disponibilização de guichês adaptados para Pessoas com Deficiência (PcD) nas Zonas Eleitorais é medida imprescindível para assegurar o pleno exercício da cidadania e o cumprimento das normas de acessibilidade vigentes.

10.2. Resultados Operacionais e de Recursos Humanos (Eficiência): Proporcionar melhor suporte ao desenvolvimento das atribuições dos servidores e colaboradores do Regional, assegurando conforto, ergonomia e bem-estar no ambiente de trabalho. A aquisição permitirá a substituição de mobiliários inadequados, defeituosos ou tecnologicamente defasados, além de atender às demandas reprimidas das unidades administrativas e viabilizar a composição de uma reserva técnica estratégica.

10.3. Resultados Econômico-Financeiros (Economicidade): Obter a relação custo-benefício mais vantajosa para a Administração por meio de uma compra centralizada e padronizada. A aquisição definitiva dos bens, aliada à estratégia de entrega no Depósito Central, otimizará a logística de distribuição, reduzirá custos com fretes pulverizados e eliminará despesas contínuas de custeio (como ocorreria em caso de locação), assegurando o melhor aproveitamento do orçamento do Tribunal.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Fundamentação: providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso XI da IN 58/2022).

11.1. A Equipe de Planejamento não vislumbra necessidade de adequação ambiental para utilização/instalação do material.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

Fundamentação: descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso XII da IN 58/2022).

12.1. Embora o item 2.12 deste ETP já referencie os requisitos técnicos de sustentabilidade, faz-se necessário descrever os potenciais impactos ambientais inerentes ao ciclo de vida do objeto licitado e as medidas adotadas por este Tribunal para mitigá-los, em atendimento ao art. 18, §1º, inciso X, da Lei nº 14.133/2021, e às diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU.

12.2. Impactos Ambientais Identificados: A aquisição e a utilização de mobiliário (guichês adaptados em MDF e estruturas metálicas) geram impactos diretos e indiretos, tais como: a extração e o processamento de recursos florestais e minerais; a geração de resíduos sólidos provenientes das embalagens utilizadas no

transporte (plástico, isopor, papelão); e o futuro descarte dos bens ao final de sua vida útil.

12.3. Medidas Mitigadoras: Para mitigar tais impactos, e em estrito alinhamento com a Resolução CNJ nº 400/2021 e o Plano de Logística Sustentável (PLS) do TRE/PA, a presente contratação contemplará as seguintes medidas de controle e critérios de sustentabilidade no Termo de Referência:

- **Origem Sustentável da Matéria-Prima:** Exigência de que a madeira ou MDF utilizados na confecção dos guichês sejam procedentes de manejo florestal sustentável, comprovável por meio de certificações reconhecidas (como FSC ou Cerflor) ou pelo Documento de Origem Florestal (DOF), garantindo o combate ao desmatamento ilegal.
- **Gestão de Resíduos e Embalagens:** Obrigação da contratada em utilizar embalagens recicláveis ou de menor impacto ambiental, bem como a recomendação de que promova o recolhimento e a destinação final adequada dos resíduos gerados no ato da entrega, aplicando, no que couber, a logística reversa.
- **Maximização da Vida Útil:** Adoção de especificações técnicas rigorosas quanto à espessura do MDF, qualidade das ferragens e ergonomia, visando garantir a máxima durabilidade do mobiliário. O prolongamento da vida útil reduz a necessidade de substituições precoces, diminuindo o consumo de novos recursos naturais e a geração de passivos ambientais para a Administração.

13. ESTRATÉGIA DA CONTRATAÇÃO DO OBJETO

13.1. Modalidade de licitação e critério de julgamento

Considerando a natureza comum do objeto, deverá ser adotada a modalidade de licitação **Pregão, na forma eletrônica**.

A licitação observará a sistemática do Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme sugerido na definição da solução.

O critério de julgamento da proposta será o de **menor preço**.

13.2. Divulgação do orçamento estimado

Não há justificativa, no presente caso, para a adoção do caráter sigiloso do orçamento estimado. O orçamento será público.

13.3. Renovação dos quantitativos da Ata de Registro de Preços (ARP)

O prazo de vigência da ARP será de 12 (doze) meses, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço mais vantajoso para a Administração.

Consoante o Parecer nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU, "*há a possibilidade da renovação do quantitativo originalmente registrado em caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços (ARP) desde que seja comprovada a manutenção do preço vantajoso, haja previsão expressa no ato convocatório e na ata de registro de preços, o tema tenha sido tratado na fase do planejamento da contratação e a prorrogação da ata de registro de preços seja celebrada por termo aditivo dentro do prazo de sua vigência*". Nesse sentido, também entende o Conselho da Justiça Federal (Enunciado 42 - 2º Simpósio de Licitações e Contratos da JF).

Nesse contexto, **justifica-se a necessidade de previsão expressa para a renovação dos quantitativos** no presente certame. A estimativa das quantidades a serem inicialmente registradas tomou como referência a capacidade de substituição projetada para o período de apenas 1 (um) ano (considerando a instalação de, pelo menos, 1 unidade em cada Zona Eleitoral e Centrais de Atendimento ao Eleitor), sem previsão de reserva técnica para situações emergenciais ou criação de novos ambientes. Sendo assim, o esgotamento do saldo original da Ata antes ou durante o segundo ano de vigência é provável. A renovação dos quantitativos, atrelada à prorrogação temporal da Ata, materializa o princípio da eficiência (art. 5º da Lei nº 14.133/2021), pois garante o suprimento ininterrupto das unidades do TRE/PA e evita custos operacionais com a deflagração de um novo processo licitatório.

13.4. Quantidade máxima de cada item

O consumo máximo do item foi levantado de acordo com os critérios do tópico 5 deste ETP e corresponde ao limite que poderá ser adquirido durante a vigência original da Ata de Registro de Preços.

13.5. Quantidade mínima a ser cotada

Não há indicação de quantidade mínima parcial, devendo ser **cotado o quantitativo total** do item.

13.6. Possibilidade de prever preços diferentes para um mesmo item

Não se aplica.

13.7. Possibilidade de proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital

Não se aplica. O licitante deverá ofertar proposta para a totalidade do quantitativo do item.

13.8. Possibilidade de adesão à ARP por órgão não participante (Carona)

Não será admitida a adesão por órgãos não participantes. Tal vedação justifica-se pela especificidade e padronização do objeto (mobiliário sob medida), pelos requisitos técnicos exigidos, pela capacidade operacional restrita da unidade gerenciadora em analisar eventuais pedidos e, precipuamente, para garantir que o fornecedor mantenha o foco logístico e produtivo exclusivo na demanda do TRE/PA.

14. AVALIAÇÃO QUANTO À NECESSIDADE DE CLASSIFICAÇÃO DO ETP, NOS TERMOS DA LEI Nº 12.527/2011 (OBRIGATÓRIO)

Fundamentação: Art. 13 da IN SEGES 58/22 e 91, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

14.1. Considerando não se tratar de licitação cujas informações nele constantes sejam sensíveis e imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado, não há necessidade de se atribuir qualquer tipo de classificação ao presente documento, nos termos dispostos na Lei nº 12.527/2011.

15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

Fundamentação: posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso XIII da IN 58/2022).

15.1. A equipe de planejamento declara **VIÁVEL** a solução com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII do art. 9º da IN SEGES/ME nº 58, de 08 de agosto de 2022, apresentando as seguintes conclusões:

15.2. Viabilidade Técnica: A solução escolhida (Aquisição com Entrega Centralizada) é tecnicamente superior por garantir a **padronização institucional** e o estrito cumprimento das normas de acessibilidade para Pessoas com Deficiência (PcD). A centralização do recebimento no Depósito de Materiais em Belém assegura que a fiscalização e o ateste técnico sejam realizados por equipe especializada, mitigando o risco de recebimento de materiais em desconformidade. Além disso, a opção por licitar o bem separadamente do serviço de montagem revela-se prudente, evitando restrição à competitividade e aproveitando a estrutura logística e de manutenção já existente no Tribunal.

15.3. Viabilidade Econômica e Razoabilidade: A análise do ciclo de vida do objeto demonstrou que a aquisição definitiva é significativamente mais econômica que a locação, dado o longo tempo de vida útil dos guichês (estimado em 5 a 10 anos). A estratégia de entrega centralizada gera **economia de escala**, reduzindo os custos de frete que seriam embutidos pelos fornecedores em caso de entrega pulverizada. Outrossim, a adoção do Sistema de Registro de Preços, com previsão de renovação de quantitativos, materializa o princípio da eficiência, pois evita a dispersão de recursos administrativos com a abertura de novos processos para o mesmo objeto, garantindo o melhor aproveitamento do orçamento público.

15.4. Conclusão: Diante do exposto, os elementos colhidos durante esta fase de planejamento demonstram que a contratação é necessária, os requisitos são objetivos, o modelo de execução é o mais eficiente para a realidade logística do TRE/PA e o impacto financeiro é justificado pela durabilidade e pelo alto valor social e inclusivo da solução. Portanto, o presente Estudo Técnico Preliminar conclui pela **total viabilidade e razoabilidade** da deflagração do certame.

ANEXO I MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

Para a identificação, análise e tratamento de riscos, leva-se em consideração a relação entre impacto e sua probabilidade, conforme matriz de referência e tabela consolidada dos riscos a seguir:

Matriz de Riscos

Probabilidade					
Muito Alta - 5	5	10	15	20	25
Alta - 4	4	8	12	16	20
Média - 3	3	6	9	12	15
Baixa - 2	2	4	6	8	10
Muito Baixa - 1	1	2	3	4	5
Impacto	Muito Baixo - 1	Baixo - 2	Médio - 3	Alto - 4	Muito Alto - 5

Classificação do Risco

Classificação	Faixa
Risco Baixo	1 – 5
Risco Médio	6 – 14
Risco Alto	15 – 25

Item	Categorização	Gestor do Risco	Causa	Evento de Risco	Consequência	Probabilidade	Impacto	Medida de Risco	Nível de Risco	Resposta ao Risco	Controle Existente	Controle Novo
1	Planejamento da Contratação	Equipe de Planejamento	Termo de referência (TR) incompleto ou inconsistente.	TR cujo conteúdo não permite selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração ou contrato sem mecanismos adequados para a gestão contratual	Desperdício de recursos públicos.	3-Média	4-Alto	12	Médio	Evitar	Especificação atualizada do material a ser adquirido com as últimas aquisições do Tribunal	Verificação das especificações em outros editais vigentes/andamento

2	Orçamentação	SACC/Unidade Demandante	Ausência de refinamento da estimativa de preços realizada nos estudos técnicos preliminares, em especial para contratações complexas.	Inclusão de referência de preço inadequada no TR/PB	Utilização de parâmetro inadequado para julgamento da proposta vencedora e dificuldade de justificar as estimativas quando questionados por partes interessadas.	3-Média	4-Alto	12	Médio	Mitigar	<p>1. A Seção de Análise de Custos das Contratações executa o levantamento junto a diferentes fontes possíveis, efetuando levantamento de contratações similares feitas por outros órgãos, consulta a sítios na internet (e.g. portal do software público) e pesquisa junto a fornecedores.</p> <p>2. Unidade Demandante analisa a aderência da pesquisa com os requisitos técnicos da contratação.</p>	
3	Prazos de Entrega	Gestor de Contrato	Atrasos na entrega dos mobiliários	Não cumprimento dos prazos estabelecidos no contrato	Interrupção das atividades no espaço de convivência	3 - Média	3 - Médio	9	Médio	Aceitar	Estabelecer penalidades contratuais por atraso na entrega	Estabelecer um cronograma de entregas detalhado e monitorar regularmente
4	Execução	Gestão do Contrato	Indisponibilidade do bem no mercado/Contratada não cumpre o prazo de entrega	Atraso na entrega dos bens	Aplicação de penalidade à contratada/Insatisfação do demandante ou recebimento do bem/Ineficiência da Seção/Possível impacto negativo no planejamento tático da Secretaria de Administração	3-Média	4-Alto	12	Médio	Mitigar	Monitoramento das aquisições através de contatos por telefone e e-mail.	Melhora nos mecanismos de monitoramento das aquisições através de contato via WhatsApp institucional.
5	Execução	Gestão do Contrato	Descontinguidade do bem/Falência da empresa fornecedora do bem/Morosidade da Contratada na entrega do bem	Não entrega dos bens	Não recebimento do bem/Retrabalho para realizar a contratação/Ineficiência da Seção/Possível impacto negativo no planejamento	1-Muito Baixa	1-Muito Baixa	1	Baixo	Aceitar	Partir para Adesão a Atas de Registro de Preços de outros Tribunais Regionais	

					mento tático da Secretár ia de Admini stração							
6	Qualidade do Mobiliário	Gestão do Contrat o	Recebi mento de mobiliá rios com defeitos ou não confor mes	Neces sidade de retrab alho ou substi uição dos itens	Despes as adicion ais para correção	2 - Baixa	4 - Alto	8	Médio	Mitigar	Realizar inspeções de qualidade durante o recebimento	Implementar garantias de qualidade e testes de conformidade antes do recebimento definitivo
7	Mudanças nos Requisitos	Equipe de Planeja mento	Alteraç ões nos requisit os dos mobiliá rios durante o process o de contrata ção	Neces sidade de revisã o do ETP/TR e dos prazos de entreg a	Aument o dos custos e possíveis atrasos	3 - Média	3 - Médio	9	Médio	Mitigar	Estabelecer avaliação contínua dos requisitos junto à administração	
8	Capacidade Financeira	SOFC	Restriçõe s orçame ntárias inespera das	Inviab ilidade de cumpr ir com os compromiss os financ eiros	Suspens ão ou cancela mento do projeto	2 - Baixa	4 - Alto	8	Médio	Evitar	Realizar análises de risco financeiro e reservas orçamentárias	
9	Sustentabili dade	NSA	Mobiliário não sustentá vel ou inadequ ado ao ambien te	Impac to ambie ntal negati vo e/ou insatis fação dos usuários	Danos à imagem instituci onal e riscos legais	3 - Média	3 - Médio	9	Médio	Mitigar	Estabelecer critérios de sustentabilidade na seleção dos fornecedores e dos materiais	Realizar avaliações periódicas do impacto ambiental e implementar medidas corretivas



Documento assinado eletronicamente por **IZABEL CRISTINA SILVA LOPES, Chefe de Seção**, em 22/04/2026, às 14:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CLEBER SOUSA FANJAS, Coordenador**, em 22/04/2026, às 14:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pa.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2921218** e o código CRC **EF87107A**.